

Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017¹

Daniela Leandro Rezende²

Luciana Beatriz Bastos Ávila³

Camila Olívia Teixeira Oliveira⁴

Resumo: O artigo analisa movimentos antigênero no Brasil via discursos legislativos proferidos na Câmara dos Deputados brasileira, entre 2014 e 2017. A análise evidenciou três argumentos: defesa do sexo biológico, associada ao reforço de seu caráter “natural”; preservação da família, associada à defesa da nação contra um suposto golpe contra esses elementos; e oposição à doutrinação escolar. Os discursos analisados se apresentam como uma reação a mudanças introduzidas especialmente por políticas educacionais e reforçam a manutenção do status quo associado à tradição, a características do povo brasileiro, à biologia/natureza e, portanto, à normalidade.

Palavras-chave: Cidadania religiosa. Ideologia de gênero. Legislativo. Brasil.

¹ As autoras agradecem o apoio do CNPq, na forma de bolsa de Iniciação Científica durante a execução do projeto (2017-2018) e os comentários e sugestões das pareceristas anônimas.

² Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa – Brasil – danielal.rezende@ufv.br

³ Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa – Brasil – luciana.avila@ufsb.edu.br

⁴ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – Porto Seguro – camilaolivia@gmail.com

Religious citizenship and anti-gender movements in the Brazilian lower chamber: an analysis of legislative speeches, 2014-2017

Abstract: *This article analyzes anti-gender movements in Brazil via legislative speeches made in the Brazilian Chamber of Deputies between 2014 and 2017. The analysis showed three arguments: defense of biological sex associated with the reinforcement of its “natural” character; preservation of the family, associated with the defense of the nation against an alleged coup against these elements; and opposition to school indoctrination. The speeches can be interpreted as a reaction to changes introduced especially by educational policies and reinforce the maintenance of the status quo, associated with tradition, characteristics of the Brazilian people, biology/nature and, therefore, normality.*

Keywords: *Religious citizenship. Gender ideology. Legislative. Brazil.*

Introdução

O artigo tem como objetivo analisar a atuação de movimentos antigênero no Brasil, considerando a identificação de atores, argumentos e marcos cronológicos dos debates travados em torno do termo “gênero” no país. Especificamente, analisa-se como se conforma o movimento contra a chamada “ideologia de gênero” no Brasil contemporâneo, considerando a atuação de legisladores/as a partir da noção de cidadania religiosa (Vaggione, 2017). Para tanto, mapeamos os discursos proferidos na Câmara dos Deputados entre 2014 e 2017 a respeito do tema.

Esse trabalho se apresenta como relevante por três motivos. O primeiro deles se refere ao crescente interesse pelo tema no Brasil, como atesta a produção indexada na Scientific Electronic Library Online (SciELO), que ganha força a partir de 2016. O segundo motivo se refere ao recurso a uma metodologia ainda pouco utilizada pelas ciências sociais brasileiras, qual seja a metodologia de linguística de corpus e a técnica de análise de conteúdo automatizada (Cervi, 2018). Finalmente, a pesquisa proposta permite relacionar a análise dos movimentos antigênero à emergência de movimentos conservadores com caráter distinto dos movimentos conservadores tradicionais, como apontam Kováts e Pöim (2015), o que pode indicar uma reconfiguração das disputas políticas no mundo contemporâneo. Nesse sentido, uma etapa importante da pesquisa consistiu em mapear a literatura sobre o tema, tanto nacional quanto internacional, de forma a explicitar as fundações, argumentos e estratégias comuns aos movimentos antigênero.

Pesquisamos os discursos proferidos por deputadas/os brasileiras/os em consulta ao site oficial da Câmara dos Deputados, considerando o período entre 2000 e 2017. A busca pautou-se pelo termo-chave “ideologia de gênero”, a partir

do qual foram identificados 153 discursos, dos quais recortamos uma amostra de 59, com base nos metadados do sumário, no período entre 2014 e 2017. A partir dessa amostra, foi construído um corpus, submetido posteriormente a análise de conteúdo automatizada através do software Iramuteq (Cervi, 2018).

A análise evidenciou três argumentos, amplamente relacionados com a doutrina católica sobre o tema: defesa do sexo biológico, associada ao reforço de seu caráter “natural”; preservação da família, associada à defesa da nação contra um suposto golpe contra esses elementos; e oposição à “doutrinação” escolar, ou à atuação do Estado, especialmente na ocasião de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), via educação pública. Em comum a esses argumentos, verificou-se uma estratégia de pânico moral, presente nos movimentos antigênero em todo o mundo, que reforçam a ideia de que o gênero colocaria em risco a própria existência da sociedade contemporânea.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira seção, são apresentadas algumas referências centrais para o debate, que permitem definir os movimentos contra a chamada “ideologia de gênero”, doravante nomeados de “movimentos antigênero”, considerando o contexto transnacional e brasileiro. Em seguida, detalhamos a metodologia utilizada na análise de conteúdo dos discursos proferidos por deputadas/os brasileiras/os entre 2014 e 2017, com o objetivo de identificar os principais argumentos mobilizados por esses atores. Em seguida, discutimos os resultados encontrados, considerando especialmente as bases religiosas do ativismo antigênero no Brasil, exploradas na revisão da literatura. Nas “Considerações finais”, apresentamos os limites da análise empreendida, bem como as possibilidades de pesquisas futuras, enfatizando especialmente a necessidade de desenvolvimento de investigações comparadas.

Revisão da literatura

Segundo Junqueira (2017: 26), a ideologia de gênero é uma “invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000”. O termo apareceu pela primeira vez no livro *L'Évangile face au désordre mondial* (1997) e em um documento oficial católico, a nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideología de género: sus peligros y alcances* (1998), de autoria do bispo Oscar Alzamora Revoredo, tendo sido referenciada nos discursos do Papa João Paulo II (“Carta às mulheres” e “Carta aos Bispos”), em reação à Conferência Mundial de Beijing (1995), primeira conferência das Nações Unidas a incluir o termo gênero.

De acordo com a contextualização de Miskolci e Campana (2017), o termo “ideologia de gênero” aparece mais fortemente nas discussões da Igreja católica

latino-americana e na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007, que deu origem ao “Documento de Aparecida”. A partir daí, os autores apontam a disseminação do termo para a sociedade civil, tornando-se tema de livros como o do ativista católico Jorge Scala (2011), *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família*.

Segundo Kuhar e Paternotte (2017: 5, tradução livre), esse é “um termo criado inicialmente para contestar o ativismo pró-direitos de mulheres e da população LGBT, bem como os estudos que desconstróem pressupostos essencialistas e naturalizantes a respeito do gênero e da sexualidade”⁵. Nesse sentido, um dos elementos centrais desses movimentos é a defesa da “família natural”, ou seja, da união heterossexual com o objetivo de garantir a reprodução da espécie, e da “ecologia humana”, o sexo biológico, binário, e a correspondência entre sexo, gênero e identidade de gênero, tal como “criado por Deus” (Kuhar; Paternotte, 2017: 8). Desse modo, Junqueira (2017: 46) afirma que

“Teoria/ideologia de gênero”, portanto, existe e não corresponde e nem tampouco resulta do campo dos Estudos de Gênero ou dos movimentos feministas e LGBTI. É, em vez disso, um dispositivo de origem vaticana urdido para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagonista à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais.

Considerando a identificação de aspectos comuns aos movimentos antigênero em distintos países, Kováts e Pöim (2015) e Kuhar e Paternotte (2017) identificam práticas que atravessam fronteiras, indicadoras do caráter transnacional das mobilizações antigênero. O *timing* é um elemento importante para se explicitar esse caráter transnacional. Kuhar e Paternotte (2017) identificam a década de 2010 como um marco e o ano de 2012 como um ponto de inflexão no fortalecimento dessas mobilizações. Além disso, Kováts e Pöim (2015) apontam para a existência de um “gatilho” comum, a oposição à União Europeia ou à aproximação entre os países analisados e a União Europeia e suas regulações, especialmente no que se refere a garantias mínimas relacionadas aos direitos humanos.

Destaca-se, nesse sentido, a recusa de alguns países, como a Polônia, a assinar a Declaração de Istambul, primeiro documento que define o conceito de gênero. Nesses casos, Kuhar e Paternotte (2017) afirmam que se trata de movimentos de tipo “preventivo”, que têm como objetivo evitar a adoção nacional de medidas difundidas internacionalmente. Essas estratégias podem ter também um caráter reativo, em oposição a reformas legislativas em curso. Scott (2012) aponta que, no

⁵ Tradução livre para: “[...] a term initially created to oppose women’s and LGBT rights activism as well as the scholarship deconstructing essentialist and naturalistic assumptions about gender and sexuality”.

caso francês, questões relativas à educação e à união civil de pessoas do mesmo sexo também foram importantes para a emergência de mobilizações antigênero. Diante do exposto, é possível identificar também alvos comuns, como direitos LGBT, a união civil de pessoas do mesmo sexo, direitos sexuais e reprodutivos – especialmente relacionados ao aborto, à educação sexual, aos estudos de gênero (tratados como ideologia e não ciência) – e até mesmo a democracia, supostamente corrompida pelas elites e por ideologias estrangeiras, como o marxismo e a ideologia de gênero (Kuhar; Paternotte, 2017: 256).

Kováts e Põim (2015) destacam que, nesse cenário, o gênero atua como “cola simbólica”, uma agenda que permite aglutinar os mais diferentes atores. Nesse sentido, Kuhar e Paternotte (2017) argumentam que gênero seria um significante vazio, a que são agregadas as mais distintas propostas e atores, tais como associações em defesa da família, grupos antiaborto, atores religiosos, populistas e nacionalistas:

Ele [o gênero] aglutina diferentes discursos em uma única grande ameaça à qual diferentes atores podem se conectar, e aparece como uma base unificadora, porque é construído como um ataque a, pelo menos, um dos três Ns defendidos por esses atores: natureza, nação e normalidade. Estes três Ns operam como ponto de entrada nesses movimentos.⁶ (Kuhar; Paternotte, 2017: 259-260)

Os três Ns apontados na citação se referem à manutenção do status quo. Vê-se que a ameaça trazida pelo gênero seria articulada a partir do uso de uma linguagem comum, “hiperbólica, amedrontadora, que aproxima equidade de gênero a patologias e desvios”⁷ (Kováts; Põim, 2015: 133), característica da estratégia de pânico moral,⁸ “mecanismos políticos desenvolvidos intencionalmente em períodos críticos, voltados à preservação do status quo”⁹ (Kuhar; Paternotte, 2017: 265).

Os repertórios de ação de tais movimentos também são compartilhados e variados, indo desde manifestações de rua, como marchas, até o ativismo digital. Kováts e Põim (2015) destacam a existência de espaços compartilhados

⁶ Tradução nossa para: “It squeezes different discourse into one big threat that different actors can connect to, and appears as a unifying ground because it is constructed as an attack on at least one of the three Ns defended by these actors: nature, the nation and normality. These three Ns operate as entry points to the movement”.

⁷ Tradução para: “[...] hyperbolic, fear-arousing language, equating gender equality with pathologies and deviations [...]”.

⁸ Para uma discussão sobre a categoria “pânico moral”, ver Miskolci e Campana (2007) e Natividade e Oliveira (2009).

⁹ Tradução livre para: “[...] political mechanisms consciously established at a specific critical moment to preserve the status quo”.

em mídias sociais, ou seja, há compartilhamento de material de divulgação/mobilização que remete a fontes específicas (tais como Gabriele Kuby), relacionadas a juventudes de movimentos de direita e cristãos, o que indica também que há fundações intelectuais comuns, relacionadas a documentos da Igreja católica citados anteriormente e a uma releitura neoconservadora do discurso dos direitos humanos. Além disso, há uma gramática comum e o recurso aos mesmos símbolos e conceitos, como a mobilização de imagens de crianças ameaçadas (Kuhar; Paternotte, 2017), o que indica a construção de um universo simbólico compartilhado.

Finalmente, Kuhar e Paternotte (2017) identificam que a religião é um elemento importante, mas sua relevância e os atores envolvidos variam em diferentes contextos nacionais. Assim, ainda que a doutrina católica esteja nas origens das mobilizações antigênero, não necessariamente atores católicos são os mais ativos e relevantes em alguns países, como no caso do Brasil. Segundo os autores, a influência de atores religiosos depende da força da dimensão religiosa nos diferentes países. Além disso, Kuhar e Paternotte ressaltam que a literatura sobre o tema destaca que interpretações conservadoras da religião catalisam movimentos antigênero e que estes compõem um processo em curso que busca reafirmar a religião no espaço público.

Esse movimento se baseia, segundo Arguedas Ramírez (2020), em uma contraofensiva conservadora de grupos neointegracionistas católicos e fundamentalistas evangélicos que têm em comum o avanço de uma agenda política transnacional, “inspirada na própria ideia de apostolado ou evangelização, mas que não se limita a uma preocupação espiritual pelas almas dos indivíduos, mas é direcionada a influenciar a ordem do público, do institucional, do econômico, do estatal e do cívico”¹⁰ (Arguedas Ramírez, 2020: 21). A autora argumenta que uma estratégia discursiva importante desse movimento é revestir princípios morais/religiosos de um caráter racional, secular e acadêmico-científico. O objetivo é

criar uma mensagem solidamente construída, embora falaciosa, mas resistente às críticas que, na época, limitaram suas ações no final do século 20, quando o discurso conservador antifeminista e antiLGBTTI fez referência direta à teologia católica e à bíblia. O novo discurso que usa como ponto de lança a noção de “ideologia de gênero” foi legitimado por meio de um tipo de higienização que os reveste com ares acadêmicos e dissimula a carga moralizadora religiosa, alcançando, assim, um público

¹⁰ Tradução nossa para: “[...] inspirada en la idea misma de apostolado o de evangelización, pero que no se limita a una preocupación espiritual por las almas de los individuos, sino que se dirige a influenciar el orden de lo público, lo institucional, lo económico, lo estatal y lo cívico”.

mais amplo, independentemente de participar ou não ativamente de comunidades religiosas.¹¹ (Arguedas Ramírez, 2020: 29)

Tal estratégia se aproxima da figura do “fiel laico” (Vaggione, 2017), recorrente em documentos da doutrina católica, que convocam católicos/as a atuarem indistintamente como crentes e cidadãos. Como aponta Molinski (1969 apud Arguedas Ramírez, 2020: 15), esse é um princípio central no neointegracionismo católico:

Poderia se dizer que o neo-integracionismo católico no século XXI segue se inspirando na convicção fundamentalista de que não apenas deve ser preservada a integridade da tradição católica, mas também, além disso, que somente a religião católica é a única que fornece uma base satisfatória para o ordenamento da sociedade. A religião católica, então, não deve ser relegada à esfera privada, como qualquer outro credo, mas é a única que oferece valores éticos para orientar toda conduta social e, portanto, é dever do Estado defender os interesses da Igreja.¹²

Nesse contexto, Vaggione (2017: 4) identifica que, “frente ao debate público sobre as formas de regular a sexualidade, a Igreja intensificou o uso de argumentos seculares, para potencializar seu impacto na construção do direito”.¹³ O secularismo passou a ser visto como uma ameaça às crenças religiosas, fazendo com que lideranças cristãs agissem em defesa do “direito natural” como ordem legal para assuntos vinculados à sexualidade. Para tanto, a Igreja católica investe na defesa do que o autor chama de “cidadania religiosa”, um “processo de politização das crenças como medulares à condição de cidadão”¹⁴ (Vaggione, 2017: 31).

¹¹ Tradução livre para: “crear un mensaje sólidamente construido, aunque falaz, más resistente a las críticas que, en su momento, limitaron su accionar a finales del siglo XX, cuando el discurso conservador anti-feminista y anti-LGBTI, hacía referencia directa a la teología católica y la biblia. El nuevo discurso que usa de punta de lanza la noción de ‘ideología de género’ se ha legitimado a través de una suerte de higienización que los reviste de aires académicos y le disimula la carga moralizante religiosa, logrando así llegar a audiencias cada más amplias, con independencia de que participen o no de forma activa en las comunidades religiosas”.

¹² Tradução para: “Podría decirse que el neo-integrismo católico en el siglo XXI sigue estando inspirado en la convicción integrista de que no sólo es preciso preservar la integridad de la tradición católica, sino que, además, es la religión católica la única que ofrece una base satisfactoria para el ordenamiento de la sociedad. La religión católica entonces no debe estar relegada al ámbito privado, como cualquier otro credo, sino que es esta la única que ofrece los valores éticos para orientar toda conducta social y, por lo tanto, es deber del Estado defender los intereses de la Iglesia”.

¹³ Tradução de: “[...] frente al debate público sobre las formas de regular la sexualidad, la Iglesia intensificó el uso de argumentaciones seculares para potenciar su impacto en la construcción del derecho”.

¹⁴ Tradução de: “[...] proceso de politización de las creencias como medulares a la condición de ciudadano”.

Segundo Vaggione (2017), a construção de uma cidadania religiosa pela Igreja católica se baseia em três dinâmicas ou estratégias: o reforço de uma identidade religiosa que se opõe aos inimigos da “natureza humana” e da “família natural”, como a “cultura da morte” e a “ideologia de gênero”; o embaçamento da fronteira entre crente e cidadão, o público e privado e a dimensão religiosa e política, como apontado por Arguedas Ramírez (2020). Nesse sentido, emerge a figura do “fiel laico”, aquele que é convocado pela Igreja “a colocar em prática os princípios e valores morais diante das distintas situações políticas”¹⁵ (Vaggione, 2017: 18). Finalmente, há a politização dos direitos religiosos frente à garantia de direitos de mulheres e populações LGBT, ou a demanda pelo reconhecimento não apenas da liberdade de crenças, mas do recurso à doutrina religiosa em debates públicos,¹⁶ como meio de impedir o avanço de direitos sexuais e reprodutivos, elemento também explicitado na pesquisa desenvolvida por Vital e Lopes (2013).

Tais elementos são centrais para se analisar o caso brasileiro, o que reforça o caráter transnacional dos movimentos antigênero. Miskolci e Campana (2017: 734) identificam que no cenário latino-americano há três elementos comuns a tais movimentos: “1. (...) ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais”. O caso brasileiro é bem ilustrativo dessa dinâmica.

Apesar de, no Brasil, o movimento antigênero não se voltar à União Europeia, as regulações, tratados e convenções internacionais propostas pela ONU são tomadas como alvo. Segundo Corrêa (2018: 3), “nos anos 1990, tomou corpo, na arena das Nações Unidas, a pauta transnacional de repúdio ao ‘gênero’”. Destacam-se, nesse aspecto, duas convenções: aquela que se segue à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada em 1994, e a Plataforma de Ação da Conferência de Beijing, em 1995.

Não é por acaso, portanto, que o “gatilho” para tais manifestações, no caso brasileiro, tenha sido as políticas educacionais. Houve uma insurgência de manifestações antigênero quando entraram em pauta questões relacionadas à educação, como o lançamento do III Plano Nacional dos Direitos Humanos, no final de 2009, ainda no governo Lula (Miskolci; Campana, 2017), a polêmica sobre o Programa Escola Sem Homofobia, em 2011 (Carranza; Vital da Cunha, 2018), o lançamento do Plano Nacional de Educação em 2014 (Miskolci; Campana, 2017). Nesse contexto, os movimentos antigênero foram bem-sucedidos, ao conseguir que o uso do termo “gênero” fosse vetado dos documentos em nível nacional e,

¹⁵ Tradução de: “[...] a poner en práctica los principios y valores morales frente a las distintas situaciones políticas”.

¹⁶ Como apontam Kuhar e Paternotte (2017: 2), movimentos antigênero se apresentam muitas vezes como defensores da liberdade de expressão, pensamento e consciência, diante do que consideram ser o totalitarismo das teorias de gênero.

em muitos casos, também nas esferas estadual e municipal. Além desses casos, Carranza e Vital da Cunha (2018) apontam que a discussão da implementação da Base Nacional Curricular Comum também foi marcada por disputas envolvendo os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”. Santos (2018) destaca a relação entre os movimentos antigênero no Brasil e o movimento Escola sem Partido (PL 867/2015), especialmente no que se refere ao combate à suposta doutrinação escolar e à educação sexual.

Considerando que as disputas sobre legislação/políticas públicas educacionais são centrais para se analisar os movimentos contra a “ideologia de gênero” no Brasil, argumentamos que o poder legislativo é arena fundamental. O ativismo antigênero na Câmara dos Deputados tem um forte componente religioso. Nesse sentido, Machado (2017, 2018) identifica que as posições de parlamentares pentecostais têm orientado os debates sobre temas como família, homossexualidade e direitos humanos. Além disso, Vital e Lopes (2013: 179) chamam atenção para um processo de neopentecostalização de igrejas evangélicas e católica, o que implica a emergência de estratégias e repertórios comuns a esses grupos. Com relação à “ideologia de gênero”, Machado (2018) argumenta que católicos e evangélicos pentecostais têm atuado conjuntamente no Legislativo em temas relacionados à sexualidade, com a estratégia de assumir posições-chave, como relatores de proposições legislativas, para impedir o avanço de agendas pró-igualdade de gênero.

Machado (2017, 2018) e Carranza e Vital da Cunha (2018) observam que os argumentos mobilizados por esses grupos não são apenas de caráter religioso, havendo recurso à retórica científica e a especialistas, que atuariam como fiéis laicos (Vaggione, 2017). Essa reconfiguração da estratégia discursiva de grupos religiosos antigênero se baseia, pois, em argumentos biológicos, psicológicos e sociais, lançando mão inclusive da ideia de “construtivismo social”, para disputar questões relacionadas à homossexualidade, por exemplo, explorando concepções restritivas de direitos humanos (Machado, 2017, 2018). Esse expediente converge com a “cidadania religiosa” descrita por Vaggione (2017), apresentada anteriormente.

Lacerda (2016) identifica que o ativismo antigênero na Câmara dos Deputados emerge em meados dos anos 2000 (2006 e 2007), ganhando força nos anos de 2011 e 2014, marcos que convergem com aqueles identificados por Vital e Lopes (2013) e Miskolci e Campana (2017), como uma resposta ou reação ao avanço de direitos de populações LGBT e de direitos sexuais e reprodutivos. Esses diferentes marcos temporais indicam que não se trata de uma onda antigênero, mas de um movimento que vinha se organizando desde antes de seu pico, em 2014, na ocasião da discussão dos planos de educação. Os trabalhos de Natividade e Oliveira (2009) e Vital e Lopes (2013), por exemplo, permitem observar as conexões entre ativismo antigênero e as demandas por direitos de mulheres e grupos

LGBT, notadamente a descriminalização do aborto ou a ampliação dos casos de aborto legal e a criminalização da homofobia.¹⁷

Lacerda (2016) identifica que o ativismo antigênero na Câmara dos Deputados tem como protagonistas os deputados evangélicos, especialmente aqueles vinculados à Assembleia de Deus. O Partido Social Cristão (PSC) é o partido que mais se destaca, seguido pelo Progressistas (PP). Considerando as atuações individuais, despontam os então deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ)¹⁸ e Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Com relação aos argumentos mobilizados, a autora aponta a predominância de argumentos jurídicos, mas pontua que “argumentos religiosos expressos são importantíssimos, tão frequentes quanto os jurídicos e a defesa da família tradicional” (Lacerda, 2016: 16), ressaltando que os argumentos religiosos vêm decaindo com o tempo.

Santos (2018) analisou 143 discursos sobre ideologia de gênero proferidos na Câmara dos Deputados entre 2014 e 2018. Os achados da autora reforçam aqueles encontrados por Lacerda (2016): predominância de deputados evangélicos e destaque para o PSC. Com relação aos argumentos mobilizados, a autora aponta a centralidade da defesa do sexo natural e da família natural/tradicional/cristã/civilizada, frente à interferência do Estado, via escolas, na educação das crianças. Está presente também a suposta relação entre “ideologia de gênero” e marxismo. Santos (2018) destaca que cerca de um terço (36,47%) mobilizaram argumentos religiosos.

Aragusuku (2020) desenvolveu uma análise histórica das iniciativas legislativas sobre ideologia de gênero na Câmara dos Deputados, entre 2003 e 2019. O autor classifica o ativismo antigênero em três fases: a primeira delas, de 2003 a 2014, em que houve a introdução do tema na agenda legislativa, sendo inicialmente pouco expressivo e centrado na atuação de parlamentares católicos, como Elimar Máximo Damasceno (Prona/SP), Lael Vieira Varella (DEM/MG) e Jairo Paes de Lira (PTC/SP). Apenas a partir de 2013 que o termo passa a ser apropriado por parlamentares evangélicos, membros da bancada evangélica e vinculados à Assembleia de Deus, chegando à segunda fase, de 2015 a 2018, a que o autor chama de “consolidação” do discurso contra a ideologia de gênero. A terceira fase estaria ainda em curso, tendo se iniciado em 2019, período em que o enfrentamento à chamada “ideologia de gênero” se torna política oficial de governo, com a eleição de Jair Bolsonaro (então PSL, atualmente sem partido).

¹⁷ Uma agenda de pesquisa importante diz respeito ao mapeamento longitudinal de atores, discursos, argumentos e estratégias dos movimentos antigênero como campos discursivos de ação (Alvarez, 2014). A leitura dos trabalhos de Natividade e Oliveira (2009), Vital e Lopes (2013) e Carranza e Vital da Cunha (2018) são importantes contribuições para essa agenda. Agradecemos ao colega Marcelo Natividade, que nos chamou atenção para os limites analíticos da categoria “onda”, quando referida a tais movimentos.

¹⁸ Carranza e Vital da Cunha (2018) identificaram que o então deputado Jair Bolsonaro também atuou como ferrenho opositor ao programa Brasil sem Homofobia e à circulação do chamado “kit gay”.

Esta conjuntura implica mudanças no ativismo antigênero: o protagonismo passa a ser assumido pelo Partido Social Liberal (PSL), e as pautas vão além do tema da educação.

Considerando tais características, nossa análise se voltou aos discursos políticos sobre o tema proferidos por legisladores/as na Câmara dos Deputados, com o objetivo de identificar quem são os atores legislativos centrais na disseminação do combate à chamada “ideologia de gênero”, quais são seus argumentos centrais e em que medida esses se relacionam com as características compartilhadas por movimentos antigênero em outros países. Assim, nas próximas seções, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, bem como os principais resultados alcançados.

Metodologia

Entendendo que os movimentos antigênero utilizam o neologismo “ideologia de gênero” como categoria acusatória (Luna, 2017), este se tornou o principal referencial para a pesquisa empírica, sendo utilizado como expressão de busca dos discursos de deputadas/os brasileira/os. A opção por analisar os discursos proferidos por legisladores se justifica porque esta é uma atividade legislativa menos constrangida pela atuação de partidos ou de lideranças partidárias, permitindo maior aproximação às preferências ou percepções de legisladores (Miguel; Feitosa, 2009; Lacerda, 2016).

O levantamento foi realizado no sítio oficial da Câmara dos Deputados, entre fevereiro e março de 2018, através da palavra-chave “ideologia de gênero”. Foram coletados 153 discursos,¹⁹ no período de 2000 a 2017, e dentre eles, foi recortada uma amostra de 59 discursos (38,56% do total), considerando apenas aqueles que apresentam a expressão “ideologia de gênero” em seu sumário. Inicialmente, os documentos foram organizados em um banco de dados com as variáveis: “autor”, “partido”, “tipo de evento” (pequeno ou grande expediente etc.), “data”, “horário”, “sessão”. Dessa etapa, foram extraídas algumas estatísticas descritivas que forneceram um panorama do ativismo legislativo antigênero no período analisado. Em seguida, organizamos um corpus e procedemos a uma avaliação dos discursos, a partir do método da linguística de corpus, com auxílio do software Iramuteq.

¹⁹ Foram considerados apenas os discursos em plenário, excluindo-se, portanto, aqueles proferidos em atividades de comissões, como reuniões ordinárias, audiências públicas e outros eventos. Nem todos os 153 discursos mencionavam a expressão “ideologia de gênero” nos seus sumários. Disponível em: <https://bit.ly/2lqBnwj>. Acesso em: 29 abr. 2020.

A metodologia da linguística de corpus²⁰ utiliza um conjunto de técnicas de análise da linguagem e procedimentos computacionais para “revelar padrões linguísticos os quais podem nos permitir fazer sentido das formas como a linguagem é usada na construção de discursos (ou formas de construir a realidade)” (Baker, 2006: 1). Sinclair (1994) enfatiza que é preciso confiar no texto, para que seja possível perceber evidências não esperadas que emergem dos dados. Como afirma Hunston (2002), um corpus pode oferecer evidências, mas não pode dar informações.

Dessa forma, essa metodologia vem sendo aplicada nos estudos de análise crítica do discurso, para a investigação de discursos e ideologias em textos políticos (Flowerdew, 1997; Fairclough, 2000; Piper, 2000; Partington 2003), assim como nos discursos que circundam minorias, como surdos (Hunston, 2002), idosos (Mautner, 2007), homens gays (Baker, 2005) e refugiados (Baker; McEnery, 2005; Gabrielatos; Baker, 2008).

Para o tratamento e análise de um grande número de dados, com o intuito de fornecer evidências linguísticas robustas, diferentes softwares (livres e pagos) são utilizados, com diversas funcionalidades, como WordSmith Tools (Scott, 2020), AntConc (Anthony, 2019) e #LancsBox (Brezina, McEnery e Wattam, 2015; Brezina, Timperley e McEnery 2018), para a investigação da frequência de palavras, busca por colocados e redes de colocados,²¹ linhas de concordância, pesquisa em contexto, gráficos de associação etc. Nas pesquisas no campo de ciências sociais e humanas, e mesmo no campo da saúde, a ferramenta que tem sido amplamente utilizada para a análise de textos e questionários é o Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009 e utilizado no Brasil a partir de 2013, conforme Camargo e Justo (2013).

O Iramuteq é um software gratuito ancorado no ambiente estatístico do software R, que permite, por exemplo, identificar o contexto/assunto do texto, operar interpretação lexical e uso de vocabulário específico por parte dos autores dos textos, identificar a separação e especificidade de palavras e destacar opiniões e diferenças de vocabulário, no caso de textos com vários autores. Para tanto, o programa oferece diversas possibilidades de análise, textual e de matrizes, como estatísticas textuais clássicas, pesquisa de especificidades de grupos, classificação hierárquica descendente, análises de similitude e nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2013).

²⁰ Um corpus, nessa perspectiva, é tomado como grande conjunto de dados linguísticos produzidos em contexto natural e armazenados em computadores.

²¹ “Colocados”, na linguística de corpus, referem-se a uma série de palavras ou termos que coocorrem mais frequentemente do que seria esperado pelo acaso.

No que diz respeito às pesquisas que utilizam essa ferramenta como ponto de partida e suporte para aprofundar análises qualitativas, Souza et al. (2018) procederam à análise de entrevistas, com roteiros semiestruturados, com 21 acompanhantes, que permitiu investigar a atuação da enfermagem junto à parturiente como participante ativa no trabalho de parto, bem como o papel do acompanhante nesse período. Ainda no campo da saúde pública, Rocha et al. (2018) realizaram um estudo, a partir de entrevistas com 18 nutrízes, para investigar as vivências positivas e negativas na prática da amamentação exclusiva. Os textos foram submetidos a análise de similitude, e as árvores geradas foram analisadas a partir das linhas de concordância produzidas pelo software AntConc (Anthony, 2019), o que possibilitou apreender “dimensões positivas e negativas ligadas à amamentação exclusiva” e a sugestão da “importância da assistência profissional à mulher na fase inicial da amamentação e do apoio da rede social para amenizar a sensação de sobrecarga da mulher” (Rocha et al., 2018: 1).

Nas ciências sociais, destaca-se o trabalho de Cervi (2018), cujo objetivo foi apresentar uma técnica de análise de conteúdo automatizada aplicada a conversações em redes sociais online. O estudo descreve as etapas para identificação automatizada através da produção de *cluster* pelo algoritmo de Reinert, aplicada em um corpus de aproximadamente 400 postagens feitas em *fanpages* de quatro políticos brasileiros. Nestas pesquisas, a conclusão é a de que o uso desta ferramenta contribui fortemente, por seu rigor estatístico, para a análise dos dados com segurança, agilidade e credibilidade.

No presente trabalho, utilizamos a análise de classificação hierárquica descendente (CHD) e a análise de similitude. Na CHD, os segmentos de texto²² e o vocabulário são correlacionados, formando um esquema hierárquico de classes, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas.²³ Assim, foi possível classificar os discursos em cinco classes ou categorias, a partir de um teste qui-quadrado, que indicava a associação das palavras entre si e com as classes formadas, conforme o método descrito por Reinert (1987; 1990). Com base nas classes escolhidas, o programa calcula e fornece os segmentos de texto mais característicos de cada classe, possibilitando a contextualização do vocabulário típico de cada classe. Já a análise de similitude “possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual” (Camargo; Justo, 2013: 516). Segundo Lins (2017: 52), a análise permite “inferir a

²² Os segmentos de textos são excertos de texto, na maior parte das vezes do tamanho de três linhas, dimensionadas pelo próprio software em função do tamanho do corpus.

²³ As formas reduzidas dizem respeito ao resultado do processo de reduzir as palavras com base em suas raízes.

estrutura de construção do texto e temas de relativa importância”. Os resultados das técnicas utilizadas serão explorados a seguir.

Resultados e discussão

Apesar dos discursos sobre ideologia de gênero na Câmara dos Deputados terem emergido em meados dos anos 2000 (Lacerda, 2016), na amostra construída os dados compreendem apenas o período entre 2014 e 2017. Considerando, pois, este último período, a distribuição anual dos discursos analisados foi a seguinte: em 2014, foram 3 discursos (5,08%); em 2015, 29 (49,15%); em 2016, foram 8 (13,56%), e em 2017, 19 (32,20%). Percebe-se que os picos correspondem aos anos de 2015, em que tiveram lugar os debates sobre os planos de educação, e em 2017, ano em que a filósofa Judith Butler, identificada como uma “ideóloga do gênero” (Kuhar; Paternotte, 2017), realizou uma série de conferências no Brasil.

Além disso, é importante destacar que 2015 foi o ano em que o então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), reputado membro da Assembleia de Deus, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, tendo contado com amplo apoio de parlamentares evangélicos,²⁴ Eduardo Cunha derrotou o candidato do governo, Arlindo Chinaglia (PT/SP), e pautou sua atuação à frente do cargo pelo fortalecimento do Legislativo frente ao poder Executivo, então comandado por Dilma Rousseff (PT), e pela priorização de temas caros à bancada evangélica, como o Estatuto da Família, que reconhece como família apenas os arranjos heterossexuais.²⁵ Também cabe lembrar que o referido deputado é autor de projetos de lei voltados à ampliação da criminalização do aborto e atuou intensamente para a derrubada de portaria do Ministério da Saúde que regulamentava o acesso ao aborto legal no Sistema Único de Saúde.²⁶ Sua atuação se insere em um contexto mais amplo de emergência de “uma reação mais forte e organizada de setores religiosos e conservadores” (Vital; Lopes, 2013: 67) a proposições voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos e à cidadania LGBT.

Quanto aos partidos das/os legisladoras/es que discursaram, destacam-se: PSB, PRB e PSC, com 12 discursos cada; PSDB, 4 discursos; PSD e PROS, 3 discursos cada; DEM, PMDB, PP e PR, 2 discursos cada; e PHS, Podemos, PT, PTB e PV, com um discurso cada. Importante observar que os discursos foram proferidos por 33 parlamentares, dentre os quais apenas um é do sexo feminino, Geovania de Sá, do PSDB/SC (dois discursos). Destacam-se, pois, dois partidos com estreitos vínculos com denominações religiosas, a saber, Republicanos (PRB), ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e PSC, à Assembleia de Deus.

²⁴ Cf. Carvalho (2015) e Leal (2015).

²⁵ Cf. Cardoso e Carvalho (2015).

²⁶ Cf. Arruda (2015).

A Figura 2 permite explorar a estrutura do corpus analisado, apontando as palavras mais frequentes e as relações entre elas. Com relação às primeiras, destacam-se as palavras “não”, “ideologia de gênero”, “sr.” e “presidente”. A palavra “não” está conectada aos vocábulos “família”, “criança”, “Brasil” e “brasileiro”, que remetem a elementos a serem protegidos do perigo da “ideologia de gênero”. Esta se conecta a palavras que remetem às políticas públicas educacionais, como “educação”, “escola”, “Plano Nacional de Educação”, “lei”. As duas outras palavras, “sr.” e “presidente”, remetem ao contexto dos discursos parlamentares e a expressões formais recorrentemente mobilizadas nesse gênero textual. Interessante observar que as palavras nodais, aquelas mais frequentes e às quais os demais vocábulos se ligam, formam a frase “sr. presidente, ideologia de gênero não”, que sintetiza a posição compartilhada por parlamentares, manifestada nos discursos analisados.

A partir da classificação hierárquica descendente, o corpus foi inicialmente particionado em dois subcorpora, o primeiro composto pelas classes 3 e 2, que correspondem a aspectos formais do gênero textual analisado e às atividades legislativas, e o segundo composto pelas classes 1, 4 e 5, que contém aspectos mais substantivos, relativos ao conteúdo dos discursos e aos argumentos mobilizados por parlamentares, como indica a Figura 2. A classe 5, portanto, é a mais expressiva, concentrando o maior número de segmentos de texto, seguida pelas classes 1 e 4. Essas classes formam um subcorpus, relacionado aos argumentos mobilizados nos discursos analisados. As classes 2 e 3 formam outro subcorpus, são as menos representativas e, como dito, remetem a aspectos formais do texto e a palavras relacionadas à atividade legislativa, como mostra a Figura 3.

O subcorpus A contém as classes 2 e 3. A classe 3 é caracterizada pela presença de palavras características do gênero textual analisado, discurso parlamentar, tais como “senhor”, “presidente”, “orador”, e, na classe 2, destacam-se palavras que indicam o contexto da discussão, como “meta”, “aprovar”, “Plano Nacional de Educação”, “município”, “Conae” (Conferência Nacional de Educação) e “MEC” (Ministério da Educação). Os três deputados mais presentes nesta seção são Victório Galli (PSC), Givaldo Carimbão (PROS) e Eros Biondini (PTB).

Como dito anteriormente, os discursos analisados tiveram como marco temporal o ano de 2014, tendo havido um pico dos discursos em 2015, quando da discussão sobre os planos de educação. Entre os segmentos de texto que podem exemplificar esse subcorpus temos:³⁰

alerta da associação americana de pediatria sobre perigos da ideologia_de_gênero pronunciamento encaminhado à mesa para publicação o

³⁰ Optamos por apresentar as quatro unidades de contexto ou frases mais que incluíam o maior número de palavras representativas de cada classe para contextualizá-las.

sr vinicius carvalho bloco prb sp pronunciamento encaminhado pelo orador sr presidente sras e srs (Deputado Vinicius Carvalho, PRB. Classe 3) presidente carlos manato muito obrigado nobre deputado pronunciamento encaminhado pelo orador sr presidente sras e srs deputados venho à presença de todos explanar sobre a ideologia_de_gênero que foi derrotada no congresso nacional (Deputado Lincoln Portela, PR. Classe 3) todos nós sabemos que o plano_naciona_de_educação que votamos aqui no congresso e que foi sancionado pela presidente dilma no ano passado prevê metas para a educação básica até a pós_graduação a serem atingidas nos próximos 10 anos pelos estados distrito federal e municípios (Deputado Victório Galli, PSC. Classe 2) o mec está passando por cima desta lei ao enviar um texto da conferência_nacional_de_educação conae e do fórum nacional de educação para todos os municípios do país incluindo a ideologia_de_gênero que foi derrubada nesta casa e no congresso nacional (Deputado Flavinho, PSB. Classe 2)

Nota-se nos trechos palavras que se associam à estratégia de pânico moral, tais como “alerta”, “perigos”, “está passando por cima”. Essa última expressão aponta para uma postura supostamente autoritária do MEC, que estaria se colocando acima da lei. Também a referência ao Plano Nacional de Educação e a instâncias como Conae e MEC reforçam a centralidade das políticas educacionais no ativismo antigênero.

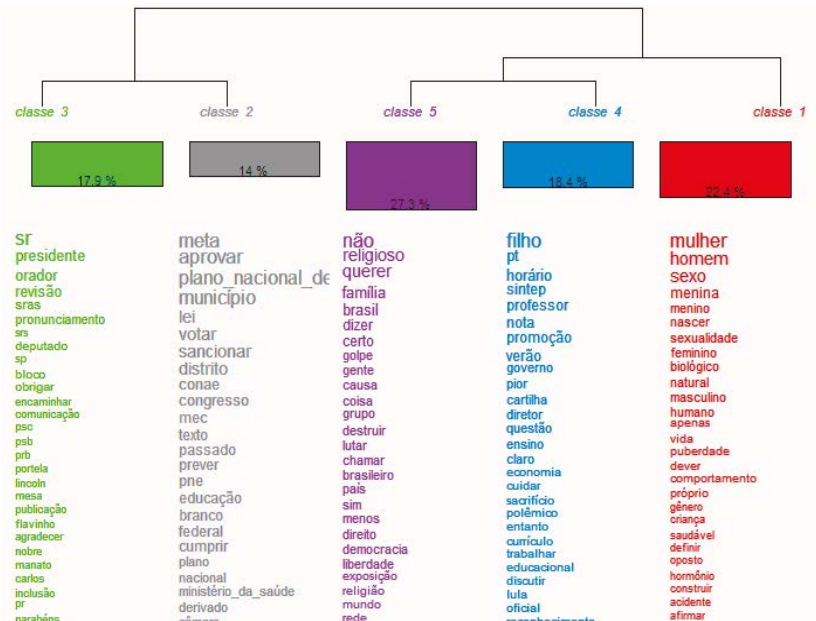


Figura 3. Dendrograma da classificação hierárquica descendente

O subcorpus B, que contém as classes 1, 4 e 5, compreende os principais argumentos mobilizados contra a chamada “ideologia de gênero”. Nomeamos a classe 1 de “defesa sexo biológico”, já que mobiliza a ideia de que o sexo biológico seria imutável e irrefutável, pois teria um fundamento “natural”, o que remete a um dos Ns citados por Kuhar e Paternotte (2017), a natureza. Tal classe concentra 22,4% das palavras em relação ao corpus total, e os termos que se destacam são “mulher”, “homem”, “sexo”, “menina”, “menino”, “nascido” e sexualidade. Os deputados mais relevantes nesta seção são Vinicius Carvalho (PRB), Antônio Bulhões (PRB) e Marco Feliciano (PSC).

Ao observar os segmentos de texto a seguir, percebe-se, nesta classe, uma argumentação com apelo à tradição e à biologia – o que remete novamente aos Ns de “natural” e “normalidade” destacados por Kuhar e Paternotte (2017) – e uma afirmação de que o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas causaria danos às crianças:

de acordo com essa ideologia de gênero os dois sexos que conhecemos masculino e feminino são construções culturais e sociais porque decorrem de diferenças de sexos alegadamente construídas. para essa religião não há homem e mulher (Deputado Jefferson Campos – PSD).

ossos filhos não são instrumentos de nenhuma forma de ativismo distribuir material didático para crianças as informando de que não são meninos ou meninas que podem inventar seu próprio gênero afirmando que não nascemos homem ou mulher (Deputado Lincoln Portela, PR)
crianças não nasceriam homem ou mulher mas definiriam o seu gênero conforme seu comportamento. a ideologia_de_gênero ameaça a família a possibilidade de definição de sexo. dessa forma pode determinar o fim da família (Deputado Carlos Andrade, PHS)

a ideologia_de_gênero afirma que ninguém nasce homem ou mulher mas deve construir sua própria identidade isto é o seu gênero ao longo da vida então o que significa gênero gênero seria uma construção pessoal (Deputado Victório Galli, PSC)

A partir da análise dos trechos de discursos representativos da classe 1, tem-se novamente a estratégia de pânico moral, agora associada à destruição da família através da negação do sexo biológico: “ameaça a família”, “fim da família”. Também chama atenção as formas como a suposta “ideologia de gênero” é qualificada: “ativismo” e “religião”. Essa é uma tentativa de inverter os termos do debate: demandas de mulheres e grupos LGBT seriam uma forma de ativismo voltado à corrupção de crianças, baseado na destruição do sexo biológico e, por consequência, da família. Esse ativismo assumiria, segundo trecho do discurso do deputado Jefferson Campos, a forma de uma religião. Assim, temos a imputação

de características próprias da atuação de parlamentares religiosos – ativismo e religião – aos movimentos feministas e LGBT, o que conferiria à atuação de tais parlamentares, por oposição, maior neutralidade, isenção e justificação.

Na Figura 2, percebe-se que as classes 4 e 5 formam um subcorpus dentro do subcorpus B. O subcorpus C, formado então pelas classes 4 e 5, combina argumentos relacionados à “doutrinação escolar” (classe 4) e à “preservação da família” (classe 5). A Classe 4, com 18,4% de representatividade, é caracterizada pelas palavras “filho”, “PT”, “horário”, “Sintep”,³¹ “professor”, “cartilha”. Os deputados Vitor Valim (PMDB), Ronaldo Martins (PRB) e Izalci Lucas (PSDB) são os mais preponderantes. São representativas da classe 4 as falas:

quer derrubar uma decisão já tomada pela maioria da população brasileira quanto à introdução da ideologia_de_gênero nas escolas públicas isso é autoritarismo e não vamos tolerá_lo. no entanto caros colegas quero registrar meu reconhecimento ao papel importante do ministério público em questões relevantes como o combate à corrupção (Deputado Ezequiel Teixeira, PODE)

o professor recebe o salário do governo ou de privada para transmitir conhecimento para ensinar. educação vem do berço quem tem a obrigação de educar os filhos e os netos são os pais a mamãe e o papai (Deputado Victório Galli, PSC)

no site está muito claro a cartilha de orientação a todos os professores do ensino fundamental da primeira série até o ensino médio o segundo grau e a primeira parte desse documento justifica a importância da inclusão da orientação sexual como tema transversal nos currículos (Vitor Valim, PMDB)

retirando das famílias qualquer decisão ou possibilidade de orientação dos seus filhos no campo sexual e pior deverão fazer isso utilizando obrigatoriamente a cartilha enviada pelo governo federal repleta de informações inapropriadas para crianças e inadequadas ao âmbito escolar (Marx Beltrão, PMDB)

Os trechos citados caracterizam a chamada “ideologia de gênero” como autoritarismo, uma vez que essa opor-se-ia à maioria da população brasileira, sendo, portanto, defendida por uma minoria (grupos LGBT). Pode-se considerar que a mobilização desse argumento também tem o objetivo de causar pânico moral, bem como a menção à “cartilha enviada pelo governo federal repleta de

³¹ Sintep é a sigla para Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso, citado em um dos discursos do deputado Victório Galli, que se posiciona contrariamente a uma nota publicada pelo órgão em defesa de que questões relativas a gênero e diversidade sexual sejam incluídas no currículo escolar.

informações inapropriadas para crianças e inadequadas ao âmbito escolar”, que remete ao material do programa Escola sem Homofobia, chamado pelos movimentos antigênero de “kit gay”. Segundo trecho do discurso do deputado Marx Beltrão, o Governo Federal retiraria das famílias a prerrogativa exclusiva da educação moral e sexual, obrigando as famílias a adotarem a referida cartilha para esse fim. A ideia de que a adoção da cartilha seria obrigatória é usada para reforçar o caráter autoritário da “ideologia de gênero”.

Finalmente, a classe 5, “preservação da família”, tem a maior representatividade em relação ao corpus total, com 27,3%, e apresenta palavras como: “não”, “religioso”, “querer”, “família”, “Brasil”, reforçando a centralidade da categoria família no ativismo antigênero. Seus principais representantes são os deputados(as) Lincoln Portela (PR e PRB), Delegado Éder Mauro (PSD) e Geovania de Sá (PSDB). A seguir, apresentamos discursos ilustrativos dessa classe:

mas hoje eu quero falar de um outro golpe não aquele que as famílias sofrem por causa da falta de segurança pública mas do maldito golpe que as famílias brasileiras estão sofrendo por terem a sua privacidade invadida pela maldita ideologia_de_gênero que veio para perturbar a família brasileira (Deputado Lincoln Portela, PRB).

eu não quero compará_la sr presidente porque tenho certeza de que por trás dessa arte satânica que esta minoria da minoria quer impor para destruir a família e os valores corretos de família. o que ocorre é nada mais do que uma tentativa de transformar este país em sodoma e gomorra (Deputado Delegado Éder Mauro, PSD).

realmente respeita a família seja religiosa ou não a família brasileira independe de religião nós queremos defender de fato o que a família é e garantir políticas públicas que possam preservar e valorizar as nossas famílias (Flavinho, PSB)

não podemos aceitar de maneira alguma ideologia_de_gênero_na escola. escola é um lugar para criança aprender matemática e português e não coisas sobre sexo. vamos prestar muita atenção e lutar contra a ideologia_de_gênero que é um golpe para destruir a família. não à ideologia_de_gênero (Pastor Luciano Braga, PRB)

A partir dos exemplos apresentados, parece-nos que é no ataque à família que a estratégia de pânico moral se torna ainda mais evidente, como indica a caracterização da “ideologia de gênero” como “maldito golpe”, “maldita ideologia_de_gênero que veio para perturbar a família brasileira”, “arte satânica”, “tentativa de transformar este país em sodoma e gomorra”, “golpe para destruir a família”. Mais uma vez tem-se a ideia de que esse suposto golpe seria orquestrado por uma minoria (“minoria da minoria”) contra o país, o que remete à alegação

de autoritarismo mobilizada na classe 4. Aqui aparecem novamente os temas da doutrinação escolar e da necessidade de separação das funções da escola e da família, devendo ser essa última a única responsável pela educação sexual das crianças. Uma distinção com relação às demais classes é a palavra “religioso” e a referência a uma imagem bíblica, Sodoma e Gomorra, geralmente mobilizada para causar pânico moral. Essas referências permitem falar de uma cidadania religiosa ou da atuação de parlamentares como fiéis laicos (Vaggione, 2017).

Ambas as classes convergem quanto ao medo em relação a modificações na estrutura familiar tradicional (composta por relações monogâmicas e heterossexuais) e na violação da “moralidade” e dos valores tradicionais da nação brasileira. Destaca-se ainda a centralidade da educação e da atuação do Estado nesse conflito, expressa pelas palavras “professor”, “governo”, “cartilha” e “ensino”, características da classe 4. Conclui-se que as classes dizem respeito a tensionamentos em nível público e privado, visto o medo de uma “invasão da ideologia de gênero” via educação e os riscos que essa poderia causar à família e à nação, um dos Ns apontados por Kuhar e Paternotte (2017).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a configuração de movimentos antigênero no Brasil, considerando especificamente sua atuação via poder legislativo. Para tanto, analisamos 59 discursos proferidos por parlamentares na Câmara dos Deputados, no período entre 2014 e 2017. A análise evidenciou três argumentos centrais: defesa do sexo biológico, associada ao reforço do caráter “natural” do mesmo; preservação da família, vinculada à defesa da nação contra um suposto golpe contra esses elementos; e oposição à doutrinação escolar, ou da atuação do Estado, via educação pública. Tais argumentos se relacionam aos três Ns descritos por Kuhar e Paternotte (2017) como a porta de entrada para os movimentos antigênero: natureza, nação e normalidade. Nesse sentido, os discursos analisados se apresentam como uma reação a mudanças introduzidas especialmente por políticas educacionais e reforçam a manutenção do status quo, associado à tradição, a características do povo brasileiro, à biologia/natureza e, portanto, à normalidade.

O foco na educação e a acusação de doutrinação escolar promovida pelo Estado, especialmente por governos de esquerda, convergem com resultados de pesquisas anteriores e com a atuação de movimentos antigênero na América Latina (Miskolci; Campana, 2017). Essa reação voltava-se contra os governos do PT, como indicam as palavras “PT” e “Lula”, presentes na classe 4, “doutrinação escolar”. Carranza e Vital da Cunha (2018: 492), citando Machado (2017), argumentam que medidas promovidas por governos do PT, como aquelas

relacionadas ao programa Brasil sem Homofobia, foram identificadas como um ataque contra a família.

Em comum a esses argumentos, verifica-se uma estratégia de pânico moral, presente nos movimentos antigênero em todo o mundo (Kováts; Pöim, 2015; Kuhar; Paternotte, 2017), que reforça a ideia de que o gênero colocaria em risco a própria existência da sociedade contemporânea ao desafiar a natureza/essência do sexo (biológico) e da família (heterossexual), o que pode ser identificado pela recorrência de termos como “golpe”, “destruir”, “sacrifício”, “ameaça”. Nesse sentido, o ativismo parlamentar antigênero se ancora, segundo os discursos analisados, na defesa da democracia, da liberdade, da ciência e da tradição do povo brasileiro, contra o autoritarismo de uma “religião” imposta pelas “minorias das minorias”, a chamada “ideologia de gênero”.

Apesar de não haver menções recorrentes a argumentos religiosos, os parlamentares mais atuantes são aqueles com vínculos religiosos, seja com a comunidade católica Canção Nova, como no caso do deputado Flavinho, ou com denominações evangélicas neopentecostais, como os deputados Lincoln Portela, Victório Galli e Marco Feliciano. Esses resultados também reforçam o argumento de Vital e Lopes (2013), que apontam para um processo de neopentecostalização de igrejas evangélicas e católica, que levaria à emergência de estratégias e repertórios comuns a legisladores vinculados a distintas denominações religiosas. Tem-se, pois, a predominância da figura do “fiel laico” (Vaggione, 2017), que defende posições morais com fundamentos religiosos, mas com argumentos que remetem a valores seculares, como tradição e nação.

Essa atuação pode estar relacionada ao crescimento da bancada evangélica (Lacerda, 2016), mas também à própria conformação do Legislativo, baseada no voto popular, o que indica que provavelmente tais argumentos têm ampla ressonância na população brasileira. Aqui também é importante mencionar o crescimento das religiões evangélicas entre a população brasileira (Carranza; Vital da Cunha, 2018: 488). Além disso, tais resultados podem estar relacionados ao material empírico analisado, discursos, uma atividade legislativa menos constrangida por partidos e lideranças partidárias (Miguel; Feitosa, 2009), e que, por isso, pode fornecer um retrato mais fiel das percepções de legisladores sobre o tema.

Esses são elementos importantes para se caracterizar o ativismo antigênero via poder legislativo no Brasil, especialmente no contexto pós-eleição de Bolsonaro, em que a oposição à chamada ideologia de gênero passa a ser agenda de governo (Aragasuku, 2020). Importante lembrar que o combate à “ideologia de gênero” era uma das pautas da campanha do então candidato Jair Bolsonaro, e que, possivelmente, essa agenda galvanizou apoio e popularidade, facilitando sua eleição. Também chama atenção o ativismo institucional antigênero no Poder Executivo, desempenhado intensamente pela ministra Damarens Alves,

pastora evangélica e ex-assessora de Magno Malta, então membro da bancada evangélica. A referida ministra conta com grande popularidade³² e tem protagonizado situações em que referências à pauta antigênero são mobilizadas, como no vídeo filmado no dia da posse do governo Bolsonaro, em que Damares Alves diz: “Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”.³³ A imagem e as cores evocadas compõem um dos símbolos transnacionais dos movimentos antigênero. Finalmente, destaca-se nesse contexto a mudança do nome da pasta responsável pelos direitos humanos para Ministério da Mulher, *da Família* e dos Direitos Humanos, o que explicita a centralidade da família para o atual governo brasileiro.

Esses elementos apontam para a centralidade do gênero (e da sexualidade) nos processos de crise da democracia no Brasil e em outros países, como Hungria, Polônia e Estados Unidos. Assim, o gênero tem assumido, como argumentam Kóvatz e Pöim (2015), o papel de cola simbólica entre diversos movimentos conservadores, reacionários e neoconservadores, articulando pautas distintas através do recurso a estratégias de pânico moral, unificando a defesa da família, da nação, da tradição, da normalidade e da democracia, identificada como o interesse da maioria,³⁴ em oposição às demandas e pautas das “minorias das minorias” (feministas e grupos LGBT).

Apesar dos importantes resultados aqui apresentados, é preciso ponderar que esses devem ser lidos a partir das escolhas metodológicas realizadas. Ainda que convergentes com achados de pesquisas prévias (Vital; Lopes, 2013; Lacerda, 2016; Luna, 2017; Machado, 2017; Miskolci; Campana, 2017; Santos, 2018; Aragasuku, 2020), seria importante ampliar a análise para incorporar um período temporal mais amplo, de forma a verificar se e como esses argumentos e os atores que os defendem variam ao longo do tempo. Também pode ser interessante buscar nos discursos as fontes mobilizadas pelos legisladores, o que pode apontar para outras instituições produtoras e disseminadoras de conteúdo antigênero. Outra iniciativa importante seria a análise longitudinal do ativismo antigênero, considerando não apenas a referência explícita ao termo “ideologia de gênero”, mas sua relação com as estratégias e repertórios mobilizados no enfrentamento às políticas de direitos sexuais e reprodutivos e àquelas voltadas à cidadania LGBT, a partir de um entendimento mais amplo do que seriam tais movimentos. Tal iniciativa permitiria analisar com maior profundidade os

³² Cf. Shalders (2020).

³³ “MENINO veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2UflAIF>. Acesso em: 27 set. 2020.

³⁴ Já no século XIX, autores como John Staurt Mill e Alexis de Tocqueville chamavam atenção para o risco de “tirania da maioria”, seja essa relacionada à atuação do Estado ou da opinião pública. Nesse sentido, os autores apontam para os limites de identificação da democracia apenas com os interesses da maioria, devendo haver salvaguardas aos direitos de minorias, como a liberdade de opinião, expressão e manifestação.

atores, estratégias e argumentos. Finalmente, destacamos que é preciso avançar na análise sistemática dos repertórios de ação dos movimentos antigênero no Brasil e em outros países, considerando que a arena legislativa, apesar de central, não esgota suas diversas estratégias de ação.

Referências

- ANTHONY, L. *AntConc (Version 3.5.8) [Computer Software]*. Tokyo: Waseda University, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37yd5cS>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.
- ARGUEDAS RAMÍREZ, Gabriela. “Ideología de género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Rio de Janeiro: ABIA, 2020.
- ARRUDA, Roldão. Desarquivar projeto é praxe, diz Eduardo Cunha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/35iVHIZ>. Acesso em: 26 set. 2020.
- BAKER, Paul. *Public discourses of gay men*. London: Routledge, 2005.
- BAKER, Paul. *Using corpora in discourse analysis*. London: Continuum, 2006.
- BAKER, Paul; MCENERY, Tony. A corpus-based approach to discourses of refugees and asylum seekers in UN and newspaper texts. *Journal of Language and Politics*, Amsterdam, v. 4, n. 2, p. 197-226, 2005.
- BREZINA, Vaclav; MCENERY, Tony; WATTAM, Stephen. Collocations in context: a new perspective on collocation networks. *International Journal of Corpus Linguistics*, Amsterdam, v. 20, n. 2, p. 139-173, 2015.
- BREZINA, Vaclav; TIMPERLEY, Matt; MCENERY, Tony. *LancsBox v. 4. x [software]*. 2018.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CARDOSO, Daiene; CARVALHO, Daniel. Eduardo Cunha ataca preconceito contra deputados evangélicos. *Exame*, São Paulo, 13 fev. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/35jdAHJ>. Acesso em: 26 set. 2020.
- CARRANZA, Brenda; VITAL DA CUNHA, Christina. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: sexual agendas in focus. *Social Compass*, Thousand Oaks, v. 65, n. 4, p. 486-502, 2018.
- CARVALHO, Daniel. Evangélicos e ruralistas apoiam Eduardo Cunha para Câmara. *Exame*, São Paulo, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3kik3Xv>. Acesso em: 26 set. 2020.

- CERVI, Emerson U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 42., 2018 Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185301, 2018.
- FAIRCLOUGH, Norman. *New labour, new language?* London: Routledge, 2000.
- FLOWERDEW, John. The discourse of colonial withdrawal: a case study in the creation of mythic discourse. *Discourse & Society*, v. 8, n. 4, p. 453-477, 1997.
- GABRIELATOS, Costas; BAKER, Paul. Fleeing, sneaking, flooding: a corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996-2005. *Journal of English Linguistics*, Thousand Oaks, v. 36, n. 1, p. 5-38, 2008.
- HUNSTON, Susan. *Corpora in applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 53-70. Disponível em: <https://bit.ly/3kh5MKL>. Acesso em: 29 maio 2017.
- KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari (ed.). *Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Budapest: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.
- KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (ed.). *Anti-gender campaigns in Europe: mobilizing against equality*. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2017.
- LACERDA, Marina Basso. Ideologia de gênero na Câmara dos Deputados. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 10., 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ABCP, 2016.
- LEAL, Luciana Nunes. A Câmara sob as mãos de um fiel, Eduardo Cunha. *Exame*, São Paulo, 11 fev. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3pkRZGY>. Acesso em: 26 set. 2020.
- LINS, Cynthia de Freitas Melo. *Apostila de Iramuteq*. Fortaleza: Unifor, 2017.
- LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e175018, 2017.
- LUNA, Naara. O julgamento no Supremo do aborto de anencéfalo – ADPF 54: uma etnografia da religião no espaço público. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 52, p. 165-197, 2018.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 351-380, 2017.
- MAUTNER, Gerlinde. Mining large corpora for social information: the case of elderly. *Language in Society*, Cambridge, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2007.

- MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-161, 2009.
- PARTINGTON, Alan. *The linguistics of political argument: the spin-doctor and the wolf-pack at the White House*. London: Routledge, 2003.
- PIPER, Alison. Some people have credit cards and others have giro cheques: ‘individuals’ and ‘people’ as lifelong learners in late modernity. *Discourse and Society*, v. 11, n. 4, p. 515-542, 2000.
- REINERT, Max. Alceste, une méthodologie d’analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.
- REINERT, Max. Classification descendante hiérarchique et analyse lexicale par contexte: application au corpus des poésies d’Arthur Rimbaud. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, Marseille, v. 13, n. 1, p. 53-90, 1987.
- ROCHA, Gabriele Pereira *et al.* Condicionantes da amamentação exclusiva na perspectiva materna. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 1-13, 2018.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 118-134, 2018.
- SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis, 2011.
- SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 45, 2012.
- SCOTT, Mike. WordSmith Tools version 8. Stroud: Lexical Analysis Software, 2020.
- SHALDERS, André. Como Damares Alves saiu de ministra “periférica” a figura central do bolsonarismo. *BBC News Brasil*, Brasília, DF, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/3eXugry>. Acesso em: 27 set. 2020.
- SINCLAIR, John McHardy. Trust the text. In: COULTHARD, Malcolm (ed.). *Advances in written text analysis*. London: Routledge, p. 12-25, 1994.
- SOUZA, Marli Aparecida Rocha de *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 52, e03353, 2018.
- VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e17500, 2017.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

Recebido em: 04/05/2020

Aprovado em: 17/08/2020

Como citar este artigo:

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA Luciana Beatriz e TEIXEIRA, Camila Olídia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 2, maio – agosto, 2020, pp. 585-612.